

O historicismo alemão, revisto desde o Brasil

VARELLA, Flávia et al. (orgs.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, 247 pp.

Arthur Assis

Professor Adjunto
Universidade de Brasília (UnB)
arthurassis@hotmail.com
Campus Darcy Ribeiro, ICC-Norte
Brasília - DF
70910-900
Brasil

Palavras-chave

Historicismo; História da historiografia; Teoria da história.

Keyword

Historicism; History of historiography; Theory of history.

A coletânea organizada por Flávia Florentino Varella, Helena Miranda Mollo, Sérgio Ricardo da Mata e Valdeci Lopes de Araujo é mais uma boa testemunha do recente incremento das reflexões sobre história e historiografia no Brasil. Remontando ao II Seminário Nacional de História da Historiografia, realizado em agosto de 2008, em Mariana-MG (UFOP), o livro contém 14 artigos escritos por pesquisadores lotados em diferentes universidades de quatro das cinco grandes regiões brasileiras. É demasiado vasto e complexo o leque dos temas abordados no livro, de modo que uma discussão detalhada de cada um dos artigos seria aqui inapropriada. Muito mais oportuno parece ser um breve exame geral dos componentes de tal leque temático – e é precisamente isso o que se tentará a seguir.

É preciso começar pelos temas centrais, nomeadamente o “historicismo”, as diversas acepções desse conceito e questão da atualidade da tradição intelectual a que faz referência. Apesar de quase todos os autores se terem pronunciado acerca de tais questões, foram os textos de Estevão C. de Rezende Martins e de Sérgio da Mata os que se dedicaram exclusivamente a elas. Martins argumenta que, no seu significado mais geral, “historicismo” se confunde com “pensamento histórico”; isto é, com uma forma de pensamento que – através da interpretação de experiências pretéritas – busca reconstruir a gênese de uma situação presente, de modo a abrir perspectivas de futuro (p. 17). Já da Mata equipara “historicismo” a uma “atitude espiritual diante da realidade”, atitude essa marcada pelo foco em propriedades tais como singularidade e historicidade (p. 50).

Não é difícil perceber que essas duas definições são ou coincidentes ou complementares. Ainda assim, não se podem ignorar as diferentes ênfases particulares propostas pelos dois autores. Tal diferença se torna clara especialmente quando se consideram as suas respectivas avaliações acerca da atualidade do historicismo. Da Mata afirma que o modo historicista de conceber o mundo humano representa um pressuposto fundamental de toda a tradição historiográfica moderna. Desse modo, qualquer crítica radical lançada contra o historicismo seria, no fundo, uma crítica à própria ideia de história (p. 53). Portanto, a questão acerca da atualidade do historicismo deve, segundo ele, ser colocada em conjunto com a questão sobre a relevância da própria história em geral. Uma boa dose de atualidade estaria assim assegurada de antemão à atitude historicista, uma vez que quase nenhum historiador estaria disposto a endossar a tese da irrelevância do conhecimento histórico. Martins, por sua vez, ressalta que o grande mérito do historicismo – o seu “legado útil” – se relacionaria com a emergência de formas de “controle metódico” do conhecimento histórico (p. 18). Diferentemente de Sérgio da Mata – para quem o historicismo é antes uma maneira de ver as coisas, não necessariamente vinculada a uma época ou lugar –, Martins aborda o historicismo enquanto a época da história da historiografia alemã que se estende por todo o “longo” século XIX. Martins antepõe à cientificização do conhecimento, decorrida ao longo de tal época, o que designa “aspecto desagradável” do historicismo, a saber,

o seu desdobramento na direção de um "relativismo sócio-cultural", crítico dos valores supra-temporais (p. 15). A mais significativa dissonância entre as argumentações de Martins e da Mata dá-se a perceber exatamente nesse ponto, pois o que o primeiro condena enquanto relativismo valorativo corresponde a boa parte do que o segundo aclama como sendo a atitude histórica por excelência.

Os textos de Cássio da Silva Fernandes, José Carlos Reis e Pedro S. Pereira Caldas projetam todas essas questões sobre o escopo, significado e atualidade do historicismo na obra de grandes teóricos associados a tal termo. Caldas procura definir a especificidade do historicismo ao contrapor a teoria da história de Johann Gustav Droysen ao que se pode chamar de "teoria marxista da história". Ele refere que a afirmação do historicismo no século 19 gerou três impactos fundamentais: a autonomização da ciência histórica, a ruptura com uma concepção metafísica de verdade e uma nova predileção pelos processos de individuação. Caldas compara as posições de Droysen e Karl Marx relativamente às três mencionadas características do historicismo, a fim de localizar similitudes e diferenças. De acordo com Pedro Caldas, surpreendentemente, a única divergência fundamental está relacionada com os padrões de individuação. O historicismo estaria vinculado a um modelo hermenêutico cuja marca distintiva seria a reverberação do conhecimento da alteridade pretérita sobre a própria subjetividade cognoscente. Caldas clarifica que, com efeito, tanto a tradição marxista quanto a hermenêutica historicista aspiram a um tipo de saber em que o sujeito cognoscente sabe mais sobre o seu objeto do que este sabe ou soube sobre si. Todavia, somente o historicismo estaria dotado de uma reflexividade radical, uma vez que também permitiria ao sujeito "saber mais sobre si do que soubera antes – ou, se for o caso, saber menos" (p. 121).

A intersecção natural entre historicismo e hermenêutica também é tematizada por José Carlos Reis, na sua análise comparativa das concepções de "compreensão" (*Verstehen*) desenvolvidas por Wilhelm Dilthey e Max Weber, respectivamente. A interpretação de Reis detalha em profundidade o cerne das hermenêuticas desenvolvidas pelos dois autores, assinalando as diferenças entre o subjetivismo psicologizante de Dilthey e o racionalismo neo-kantiano de Weber. Já Cássio Fernandes se detém na obra do autor que foi talvez o mais importante *outsider* do historicismo de língua alemã, o suíço Jacob Burckhardt. Fernandes não discute a conexão entre Burckhardt e o historicismo, mas examina cuidadosamente a influência da tradição humanista – e sobretudo do humanismo da Basiléia do século 16 – sobre a historiografia cultural produzida por Burckhardt.

Num terceiro grupo de textos, Antônio Edmilson Martins Rodrigues, Luiz Sérgio Duarte da Silva e René E. Gertz procuram traçar as conexões entre o historicismo e tradições intelectuais tanto precedentes quanto subseqüentes ao mesmo. Rodrigues explora as raízes do historicismo no romantismo alemão, conferindo destaque especial ao conceito de "espírito do povo" – conceito esse que se originou no contexto do romantismo e que figurou como um dos mais

importantes pressupostos da visão historicista de cultura. Ele postula, contudo, que sob a influência de Leopold von Ranke e do seu alegado cientificismo se teria processado um distanciamento entre atitude romântica e perspectiva histórica (p. 87). Luiz Sérgio Duarte da Silva, por sua vez, discute o desdobramento da tradição historicista nas discussões contemporâneas acerca de "história global" e "comunicação intercultural", enfatizando principalmente a obra recente de Jörn Rüsen. A partir de uma reflexão comparada sobre os modos de conceitualização do tempo nas grandes civilizações mundiais, Rüsen teria lançado as bases teóricas para uma ampliação substantiva da consciência histórica. De acordo com Silva, a meta de Rüsen seria nada menos do que o desenvolvimento de uma estratégia de superação do eurocentrismo pela via do reforço dos pressupostos intelectuais para a comunicação entre as culturas. Silva ainda conecta esse projeto teórico ao campo de pesquisa denominado "história transnacional" ou "história global".

René Gertz discute as relações entre a tradição historicista e a abordagem de pesquisa que, na Alemanha dos anos 1970, pretendeu superá-la, isto é, a ciência social histórica. Ele assinala que os acadêmicos que inauguraram essa última tendência recorreram ao historicismo como uma espécie de "bode expiatório" (p. 150), ao qual foi atribuída a função de realçar as novidades metodológicas então propostas: o foco nos fenômenos sociais (em vez dos políticos), em estruturas condicionantes do agir (em vez da autonomia e genialidade dos indivíduos); o primado dos procedimentos explanatórios (em vez dos compreensivos); a predileção por constructos teóricos (contraposta à "escassez teórica" que teria sido típica do historicismo). Gertz aponta, no entanto, que, nas últimas décadas, importantes adeptos da ciência social histórica foram levados a relativizar a postura crítica em relação ao historicismo. Essa nova tendência teria resultado da emergência de um "inimigo maior" na cena historiográfica alemã, isto é, a nova história cultural. Os historiadores culturais teriam rechaçado a tese de que a função da história é contribuir para o esclarecimento pessoal e coletivo, e redefinido tal função em termos da fixação de memórias e da consolidação de identidades. Com isso, estar-se-ia não somente a questionar um pressuposto comum ao historicismo e à ciência social histórica, mas também a favorecer indiretamente a aproximação entre ambas as tradições (p. 165).

A essas discussões em torno do historicismo alemão/europeu o livro acrescenta ainda reflexões acerca do efeito do historicismo no contexto historiográfico brasileiro. Os textos de Helena Mollo e Márcia Regina Capelari Naxara procuram situar o campo historiográfico entre as diferentes tendências científicas no Brasil do século XIX. Ambos ilustram como o propósito de contribuir para a consolidação da nação esteve longe de ser exclusivo dos historiadores oitocentistas, tendo sido compartilhado com cientistas e técnicos associados às mais diferentes áreas: geógrafos, geólogos, mineralogistas, naturalistas, engenheiros, agrônomos, entre outros. Avançando nessa mesma senda, Maria Margaret Lopes explora a história dos museus de história natural ao longo do

século XIX brasileiro. Ela demonstra como tais museus constituíram os principais espaços de rememoração pública do passado e de projeção da identidade nacional.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior analisa a recorrência da metáfora da "formação" na historiografia produzida no Brasil dos anos 1930-40. Ele concentra-se especialmente em *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, referindo-se entretanto a inúmeras outras obras e autores do período. Albuquerque refuta a tese de que a ancoragem da obra de Caio Prado no materialismo histórico lhe teria conferido uma perspectiva verdadeiramente científica de abordagem da história brasileira; uma perspectiva com a qual se pretendia superar modelos interpretativos tidos por menos científicos, como o historicista. Amparando-se numa gama de intérpretes que abrange Walter Benjamin, Benedetto Croce e Karl Popper, Albuquerque argumenta que o marxismo – tanto o de Caio Prado, quanto em geral – pode ser perfeitamente visto como um desdobramento da tradição historicista (p. 218). O que ele tenciona mostrar com a sua análise crítica da obra de Caio Prado é a íntima conexão entre a tradição de interpretação da história brasileira que se estrutura em torno da metáfora (biológica) da "formação" e a perspectiva genética que conforma o cerne do historicismo europeu/alemão. Tanto a obra de Caio Prado quanto o restante "historiografia de formação" seriam historicistas, uma vez que todas teriam por pressuposto a ideia de que a realidade (brasileira) somente é compreensível mediante o conhecimento do processo através do qual a mesma se constituiu, em outras palavras, mediante a investigação das suas "raízes", ou do seu "sentido" (p. 219).

O texto de Norma Côrtes encerra a coletânea, prolongando o mapeamento da cultura histórica brasileira do século 20 – iniciado por Albuquerque – para as décadas de 40 a 70. Ela analisa tanto o historicismo da geração de intelectuais nacionalistas do imediato pós-1945 quanto o anti-historicismo da geração que lhes sucedeu nos anos 1960-70. A primeira geração – à qual se incluem nomes como os de João Cruz Costa, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, entre outros – ter-se-ia marcado pela ênfase na singularidade sócio-cultural brasileira, pelas expectativas desenvolvimentistas de futuro, pela crença de que "realidade histórica está preenchida por ação, vontade e consciência" (p. 238), bem como pelo elitismo das instituições que lhe serviram de *loci* (ABL, IHGB, ISEB, Itamaraty, etc.). A segunda geração, emergente no contexto da expansão do sistema universitário e dos programas de pós-graduação, teria por principais expoentes Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Fernando Novais, entre outros. Côrtes sustenta que esses últimos autores se afirmaram academicamente em meio a uma "querela contra o historicismo" da geração precedente. Ao aderirem (difusamente) a teorias estruturalistas, os intelectuais da geração de 60-70 passaram a criticar a concentração anterior nas idiosincrasias nacionais, e a enfatizar que a experiência econômico-social brasileira é antes condicionada pelas dinâmicas do sistema capitalista mundial. Por detrás dessas diferenças metodológicas e

institucionais, Côrtes enxerga um conflito muito mais amplo, e nunca resolvido, entre as visões de mundo que foram características das duas gerações de intelectuais. Ela fornece, ademais, uma boa pista para uma caracterização da cultura histórica brasileira atual, ao mencionar que, desde os anos 1980 até os dias de hoje, estaria em curso uma espécie de retorno ao horizonte historicista. Assim como no velho historicismo brasileiro dos anos 30-50, a historiografia (neo-)historicista contemporânea teria na singularização dos objetos de interpretação a sua estratégia epistemológica fundamental. O que, contudo, distingue o paradigma historiográfico atual é, segundo ela, a nova ênfase na construtividade do conhecimento e nas descontinuidades dos processos históricos.

Como se vê, *A dinâmica do historicismo* é uma obra marcada por uma enorme profusão de temas altamente complexos. A coletânea pode ser lida como um excelente resumo do estado da arte das pesquisas sobre o historicismo (sobretudo, o alemão), como um reservatório de bons fios-condutores para uma história do historicismo brasileiro, como um conjunto de reflexões ponderadas acerca da crítica do historicismo por tradições acadêmicas subseqüentes. Contudo, se tal multiperspectividade e profusão temática indubitavelmente agregam valor ao livro, tornam, ao mesmo tempo, o seu perfil geral indefinido, prejudicando-lhe a coerência interna. Aqui se situa, portanto, o ponto fraco da coletânea. Isso não obscurece, porém, os seus vários pontos fortes, muitos dos quais já foram sumariados acima. Ao final, vale apenas ressaltar a seriedade e qualidade das contribuições individuais, e elogiar o esforço dos editores em organizar o que é certamente uma das melhores fontes de informação em língua portuguesa sobre o historicismo, o seu significado e o seu impacto.